

QUANDO O ACOLHIMENTO TRANSFORMA: um estudo sobre inclusão escolar e acessibilidade atitudinal

Alicia de Araújo Silva¹

RESUMO

A inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) no sistema educacional regular enfrenta desafios que vão além da infraestrutura física, esbarrando frequentemente em barreiras atitudinais presentes na comunidade escolar. Este estudo de caso investiga como o acolhimento e a implementação de práticas pedagógicas voltadas para a acessibilidade atitudinal podem promover uma inclusão efetiva, mesmo em contextos com limitações estruturais. Tem como objetivo geral analisar a participação da comunidade escolar no processo de inclusão de uma estudante com deficiência intelectual nos anos finais do ensino fundamental, em uma escola da rede privada do município de Garanhuns-PE. Como objetivo específico, busca-se discutir como se deu o processo de inclusão e desenvolvimento da aluna após seu acolhimento pela comunidade escolar. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou como procedimentos a observação participante, conversas informais e o registro de estratégias pedagógicas, além da descrição dos desafios enfrentados ao longo do processo. Os resultados indicam que, apesar da resistência inicial e da alegação de despreparo por parte de alguns profissionais, a adoção de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI), a conscientização dos colegas de turma e a superação de crenças capacitistas pelos profissionais da escola possibilitaram avanços significativos no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da estudante. A pesquisa evidencia as dificuldades iniciais e descreve a evolução do processo de inclusão a partir da aplicação de estratégias pedagógicas e adaptações ambientais, concluindo que a superação das barreiras atitudinais é possível por meio de um trabalho humanizado e reflexivo, que assegura o direito à aprendizagem e à participação plena da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Acessibilidade atitudinal, Pessoa com deficiência, Capacitismo.

INTRODUÇÃO

Dentre as inúmeras dificuldades que a Educação Especial precisa lidar para garantir a oferta igualitária dos direitos das Pessoas com Deficiência (PCD), pode ser acrescida à lista a resistência das instituições receber pessoas com deficiência. Resistência disfarçada de despreparo, de falta de estrutura e escassez de material, no entanto esta pesquisa releva que é possível incluir uma pessoa com deficiência mesmo em situações estruturais precárias, pois as condições materiais não são as únicas essenciais para garantir um processo de inclusão.

Isto não significa dizer que devemos nos conformar com a falta de estrutura e condições materiais de acessibilidade, pelo contrário, o investimento adequado para a

¹ Graduada no Curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, alicia.araujo@professor.educ.al.gov.br.



educação, bem como a valorização e formação destes profissionais são essenciais para falar de uma educação mais inclusiva.

A perspectiva é discutir que um trabalho pautado na inclusão atitudinal pode garantir, dentro das condições reais da escola, uma inclusão efetiva. Por essa razão a pesquisa busca responder a seguinte questão: como proporcionar condições de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência para além das condições estruturais da instituição?

Para responder esta pergunta foi estabelecido o objetivo geral: analisar a participação da comunidade escolar no processo de inclusão de uma estudante com deficiência intelectual nos anos finais do ensino fundamental, em uma escola da rede privada do município de Garanhuns-PE. E como objetivo específico: discutir como se deu o processo de inclusão e desenvolvimento da aluna após seu acolhimento pela comunidade escolar

A relevância social deste estudo consiste em demonstrar, dentro da rotina escolar, que é possível construir uma educação pautada na diversidade e respeito às diferenças, assim como descreve que a aprendizagem de uma Pessoa com Deficiência não precisa ser repetitiva e enfadonha, mas que pode ocorrer concomitantemente com o ensino dos demais estudantes. Demonstrando outras possibilidades de inclusão mais próximas das condições de cada escola e mais significativas para os estudantes com deficiência.

METODOLOGIA

Esta seção busca esclarecer o percurso metodológico traçado para a realização da pesquisa, que consiste no tipo qualitativa, por ter um olhar sensibilizado para as relações humanas, preocupando-se impreterivelmente com as subjetividades de cada sujeito. Segundo Triviños (1987, p. 132) “a pesquisa qualitativa deve ter como caráter, uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo.”

Corresponde a um estudo de caso, pois conforme Yin (2001, p. 33) se trata de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.



Antes de descrever o campo da pesquisa destaco que não foram autorizados a divulgação do nome da instituição assim como os que nela atuam. Desse modo pode-se dizer que o campo da pesquisa corresponde a uma escola da rede privada, situada no município de Garanhuns-PE.

Quanto aos participantes da pesquisa, além de toda a comunidade escolar – gestão, coordenação, professores, auxiliares, estudantes, funcionários e familiares – a pesquisa tem como protagonista a inclusão de uma pessoa com deficiência, representada aqui pelo nome, ilustrativo, Ana.

A coleta de dados ocorreu por meio de observações participantes, conversas informais, reuniões pedagógicas, e por meio de registros fotográficos. As observações perduraram um ano conforme a duração do estágio não obrigatório, no qual foi possível registrar o desenvolvimento de Ana em diversas instâncias: afetivas, cognitivas, sociais, psicomotoras e afins.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A deficiência tem como fator preponderante a construção social, na qual pessoas que se distanciam dos padrões de normalidade são ignoradas por esta sociedade, se falamos de inclusão é porque vivemos um processo de exclusão, é necessário desconstruir estes padrões.

A Lei nº 13.146 de 2015 em seu Art. 2º considera pessoa com deficiência aquela que “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

E compreende a acessibilidade como uma

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Mantoan (2013) atenta para a confusão que muitas vezes é feita a respeito do que é a



inclusão, em muitas escolas ocorre a diferenciação de tudo que se refira a pessoa com deficiência, acabando por criar uma bolha ações diferenciadas que não dialoga com o todo. Isso corresponde ao processo de integração.

A diferenciação é fundamental, ela é quem vai nivelar as condições de autonomia da pessoa com deficiência para que ela consiga, dentro das suas limitações, executar com certa independência determinada ação, atividade e afins. Mas é importante que essa diferenciação não seja discrepante a ponto de cortar a relação, interação, trocas, discussões entre a pessoa com deficiência e os demais na realização. Conforme ressalta González (2007, p. 29),

Adaptar o ensino às crianças, atendendo as diferenças individuais (suas necessidades e peculiaridades), é um tema que sempre preocupou os profissionais da educação. É provável que essa preocupação tenha se tornado menor nos últimos anos. A questão é adaptar a educação ao indivíduo, e não o indivíduo à educação, submetendo-o a um caminho de segregação, fracasso ou marginalização.

As barreiras atitudinais são fruto de comportamento de indivíduos que resultam no impedimento do acesso de outras pessoas a um local, grupo social e afins. Uma acessibilidade atitudinal seria um comportamento “sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana” (SASSAKI, 2003, p. 42).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estágio não obrigatório teve início em fevereiro de 2018 e foi concluído em dezembro do mesmo ano. Matriculada em uma turma do 6º ano do ensino fundamental, Ana é uma jovem de 19 anos cuja deficiência corresponde ao CID-10 F70, conforme laudo médico. Não houve, por parte da instituição, reunião pedagógica para discutir as necessidades educacionais especiais que poderiam ser necessárias ao seu processo de aprendizagem.

As atribuições definidas pela gestão consistiam em acompanhar Ana em todos os espaços durante o período de aulas, considerando que sua permanência na escola teria como principal objetivo a socialização. Quinze dias após o início das aulas, período



destinado à observação de suas necessidades de aprendizagem e especificidades, não foram preparadas atividades diferenciadas. Alguns(as) professores(as) apenas entregavam desenhos impressos retirados da internet para que ela colorisse.

Durante esse período de observação, foram realizadas conversas com docentes e equipe de coordenação a respeito das possibilidades de promoção da inclusão de Ana. Apesar de reconhecerem a necessidade de intervenção, os(as) professores(as) afirmavam não saber como proceder, alegando falta de formação específica, excesso de demandas e grande número de turmas, o que dificultava a elaboração de estratégias inclusivas.

Diante desse cenário, foi assumida a responsabilidade pedagógica de desenvolver práticas adequadas ao processo de aprendizagem da estudante. Após a análise de seu comportamento, comunicação e interações sociais, foram aplicadas atividades diagnósticas com o intuito de compreender sua forma de raciocínio e os conhecimentos já consolidados.

A diagnose foi realizada com base nas experiências básicas propostas por Piaget (2008). Identificou-se que Ana apresentava níveis distintos de desenvolvimento cognitivo: algumas áreas estavam mais articuladas e desenvolvidas, enquanto outras necessitavam de estímulos adicionais para alcançar respostas esperadas. A partir dessa análise, elaborou-se um planejamento anual que priorizava habilidades a serem fortalecidas, alinhadas aos conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o 1º ano do Ensino Fundamental, de acordo com o nível de alfabetização em que se encontrava. Também foram utilizados os Parâmetros Curriculares de Pernambuco, mantendo certa correspondência entre os temas estudados por Ana e os conteúdos abordados pela turma, dentro de suas possibilidades de compreensão.

O planejamento priorizou atividades contextualizadas, que estabelecessem relação entre os conhecimentos prévios da aluna e os novos conteúdos, incentivando-a a refletir sobre as respostas antes de recebê-las prontas. Essa metodologia contextualizada mostrou-se essencial para o avanço do desenvolvimento cognitivo da estudante, que passou a reter melhor os conteúdos, questionar e demonstrar maior interesse pelo aprendizado. O progresso também foi favorecido pela parceria entre família e escola, fortalecida por meio de constantes orientações sobre a realização das atividades.



Com a evolução da aprendizagem, a percepção dos professores(as) em relação à estudante se transformou. Os profissionais passaram a solicitar sua participação em atividades avaliativas, atribuir notas e reconhecer seu desempenho acadêmico, reduzindo as barreiras atitudinais inicialmente presentes. Os colegas de turma, por sua vez, sempre demonstraram postura acolhedora e inclusiva, interagindo com Ana sem discriminação.

A estudante passou de um processo de mera integração para uma efetiva inclusão. Participou de projetos pedagógicos, excursões, feiras de ciências, apresentações artísticas e festividades, sendo reconhecida por suas conquistas, como a medalha de ouro recebida no show de talentos do Dia do Estudante. Sua trajetória contribuiu para a desconstrução de preconceitos, a superação do capacitismo e a ampliação da compreensão sobre o direito de todos e todas à aprendizagem, independentemente de suas condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que o processo de inclusão vai além das condições físicas e materiais das instituições de ensino. Embora esses aspectos sejam fundamentais e devam ser garantidos, outros fatores também inviabilizam a inclusão da pessoa com deficiência, especialmente as barreiras atitudinais.

A pesquisa demonstra a relevância das pessoas que compõem a comunidade escolar na efetivação da inclusão, uma vez que atitudes discriminatórias e preconceituosas se constroem historicamente como barreiras invisíveis, porém significativas, que limitam o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

Os objetivos foram alcançados ao analisar o comportamento de uma comunidade escolar diante da inclusão de uma estudante com deficiência, identificando os desafios impostos pelas barreiras atitudinais e apresentando possibilidades didático-pedagógicas que favorecem o processo inclusivo.

Conclui-se que, para promover condições de acessibilidade e inclusão para além da estrutura física, é necessário desenvolver um trabalho humanizado com a comunidade escolar, que desconstrua paradigmas sociais e amplie as possibilidades



didáticas mediante ações comprometidas e colaborativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 12 de Nov de 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **A classificação de funcionalidade e sua influência no imaginário acerca das incapacidades**. In: CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: A reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DENARI, Fátima. **Um novo olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão**. In: RODRIGUES, David. (org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

GONZÁLEZ, Eugênio. A educação especial: conceito e dados históricos. In: GONZÁLEZ, E. (Org.). **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional**. Porto Alegre: ARTMED, 2007. p. 17-46.

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor**. 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. **Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência**. 2012. Disponível em <http://www.deficienteciente.com.br/2012/09/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-comdeficiencia-na-escola.html> Acesso em 10 jul. de 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença**. Projeto Diversa, out de 2013. Disponível em: http://www.diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=2879&/diferenciar_para_incluir_ou_p



ara_excluir_por_uma_pedagogia_da_diferenca. Acesso em 08 de jun. 2018.

MARTINS, L. A. R. **Algumas Reflexões a respeito da formação docente para atuação com a diversidade.** Anais da Anped, GT 02, 2007.

ONU, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Tradução Oficial/Brasil.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UNESCO, (1994). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2018

TAVARES, Fabiana; LIMA, Francisco. **Barreiras atitudinais e a recepção da pessoa com deficiência.** TAVARES, Liliana Barros. Notas Proêmias–Acessibilidade Comunicacional para Produções Culturais. Pernambuco: CEPE, 2013. Disponível em: http://www.cultura.pe.gov.br/wpcontent/uploads/2016/12/Livro_Acessibilidade_Cap2.pdf. Acesso em: 09 de Ago de 2018.

SASSAKI, R. K. (2003). **Inclusão Social.** I Seminário de Políticas Públicas do Município de Limeira. Limeira, SP.

